

ENSINO JURÍDICO, INOVAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A CIÊNCIA POLÍTICA E A TEORIA DO ESTADO APLICADAS AO DIREITO

Artigo Completo

Veyzon Campos Muniz

Resumo: O presente artigo tem por objetivo refletir sobre a importância da inovação para o ensino jurídico, através de atividades, estratégias e práticas de indução e fomento da participação política dos estudantes. Partindo da hipótese que o ensino e a aprendizagem jurídicos se potencializam com saberes interdisciplinares, apresenta-se um estudo de caso, sobre a proposta de ensino e aprendizagem desenvolvida na disciplina de Ciência Política e Teoria do Estado, no âmbito do Curso de Direito das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT. Oportunamente, expõe-se a concepção do componente curricular como uma proposta metodológica inovadora que estabelece o processo de construção de conhecimento com o desenvolvimento de habilidades específicas. Apresenta-se, assim, o planejamento semestral realizado, bem como destacam-se: a) estratégias didáticas utilizadas, quais sejam: a disponibilização da apostila “Ciência Política e Teoria do Estado: um guia para estudos dirigidos”, o desenvolvimento da Constituição da Turma, o incentivo à representação política discente pela eleição de uma liderança estudantil, a utilização crítica de músicas e vídeos musicais através das playlists “Música, Política e Direito”, e a realização de estudos de casos contemporâneos sobre política externa e interna; b) práticas exitosas desenvolvidas, atentando-se ao projeto de publicação “Direito, Política e Cinema (com *spoilers*)” e projeto extra-muros “Participação Política Cidadã”. Ponderam-se, ainda, perspectivas sobre os resultados obtidos com as atividades expostas. Posiciona-se, por conseguinte, no sentido de que a atividade universitária (dentro e fora de sala de aula) aliada com a participação política (proposta e fomentada junto aos estudantes), de um lado, é exemplo de inovação acadêmica e, de outro, deve ser um paradigma norteador de uma disciplina, curso e universidade constituídos com foco na defesa e na promoção de um Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: Educação. Direito. Inovação. Ciência Política. Teoria do Estado.

Abstract: *The purpose of this article is to reflect on the importance of innovation for legal education, through activities, strategies and practices of induction and promotion of students' political participation. Based on the hypothesis that legal teaching and learning are potentialized with interdisciplinary knowledge, a case study on the proposal of teaching developed in the discipline of Political Science and Theory of State, within the scope of the Law Course of Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT, is presented. In due course, the design of the curricular component is presented as a teaching with research project, that is, an innovative methodological proposal that establishes the process of knowledge construction with*



the development of specific skills. Thus, the semester planning is presented, as well as the following: a) didactic strategies used, namely: the provision of the “Political Science and Theory of State: A Guide to Conducted Studies”, the development of the Class Constitution, the encouragement of student political representation by the election of leadership, the critical use of music and music videos through the playlists “Music, Politics, and Law”, and conducting contemporary case studies on foreign and domestic politics; b) successful practices developed, paying attention to the publication project “Law, Politics and Cinema (with spoilers)” and extra-mural project “Political Participation Citizen”. Also considered perspectives on the results obtained with the exposed activities. It is therefore posited that university activity (both inside and outside the classroom), combined with political participation (proposed and fostered by students), on the one hand, is an example of academic innovation and, on the other, should be a guiding paradigm of a discipline, course and university constituted with focus on the defense and the promotion of a Democratic State.

Keywords: Education. Law. Innovation. Political Science. Theory of State.

1 Introdução

No âmbito do ensino jurídico em geral e no desenvolvimento dos (melhores) projetos curriculares contemporâneos percebe-se que a meta de construção de conhecimentos, habilidades e atitudes inovadoras é indispensável para a sustentabilidade do ensino do Direito. Nesse sentido, no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Direito (PPC/DIR) das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT em específico, busca-se uma estruturação não dicotômica entre teoria e prática. A conexão de teorias jurídicas deve encontrar permanente diálogo com a realidade individual e coletiva e com o exame de impactos e consequências dessa inter-relação.

Com efeito, a presença da Ciência Política e da Teoria do Estado como elemento estrutural obrigatório da matriz curricular agrega conhecimentos autônomos e saberes distintos às aludidas teorias. Elas também adicionam tanto fundamentos interdisciplinares quanto paradigmas técnicos voltados à compreensão e promoção integrais de um Estado Democrático de Direito, entendido como estrutura social mais apta a desenvolver a dignidade humana. Quer-se efetivar, nesse sentido, a ideia de que o egresso da disciplina (do Curso e da Instituição de Ensino) deve ter uma postura cidadã, sendo pró-ativo e participativo, para que,



consciente de seu papel social, promova práticas democráticas que respeitem os direitos humanos – articulando o conhecimento e exercendo a cidadania, nos termos das competências de n. 01 e 02 do Projeto Pedagógico Institucional (PPI/FACCAT).

Destarte, pensam-se as escassas 60 (sessenta) horas da disciplina como uma proposta ativa de ensinagem, isto é:

[...] uma prática social complexa efetivada entre os sujeitos, englobando tanto ação de ensinar quanto a de apreender, em processo contratual, de parceria deliberada e consciente para o enfrentamento na construção do conhecimento, resultante de ações efetivadas na, e fora da, sala de aula. (Anastasiou, 2011, p. 3-4.)

Tomando essa concepção de que tal projeto se constrói no cotidiano como prática social, percebe-se a Ciência Política e a Teoria do Estado aplicadas ao Direito com fulcro na noção de ensino com pesquisa. Utilizam-se princípios do ensino (simplificação, repetição e aplicação) associados com princípios da pesquisa (aperfeiçoamento, ética e cientificidade), objetivando proporcionar aos estudantes uma maior e melhor compreensão das relações entre cidadãos e o Estado (Direito Público) e do fenômeno jurídico em geral.

A mescla dos conhecimentos empíricos advindos da Ciência Política com os saberes histórico-dialéticos da Teoria do Estado é estabelecida na mesma medida em que a dúvida, a crítica e a construção coletiva são tratadas como elementos fundamentais à sala de aula. Assume-se o estudo como hipótese significativa de transformação social latente, bem como percebe-se no signo da participação política um ponto de superação da mera reprodução ou da análise crítica etérea. Trata-se, assim, de uma experiência acadêmica e social para os estudantes e para a comunidade acadêmica.

2 A disciplina como projeto de pesquisa

Como já salientado, na estruturação do Curso de Direito da FACCAT, Ciência Política e Teoria do Estado correspondem a componente curricular de ensino obrigatório ao estudante em formação. Entretanto, para além da assimilação



dos *conteúdos básicos*¹, toma-se como fundamento do processo de ensino a constituição de um desenho didático voltado à pesquisa.

Como bem leciona Burke (2017), as Escolas de Direito precisam intensificar seus capitais humanos e intelectuais e ser criativas para fornecer mais do que um exercício teórico para os alunos. A inovação pode e deve ser adicionada com sucesso aos currículos atuais sem sacrificar a integridade de conteúdos tradicionais e assim ser mais atrativa para os estudantes.

Nessa linha, o projeto guarda-chuva “Participação Política Cidadã” objetiva proporcionar aos graduandos o exercício de uma experiência universitária pró-ativa, pela qual se faz a aproximação das conceituações técnicas com a realidade social em que se inserem, abrigando sob seu planejamento semestral *estratégias*² e *práticas*³ pedagógicas, consonantes com a perspectiva de que o egresso, ao deixar os muros universitários, deve ter compromisso efetivo com o conhecimento e com a prática de pesquisa científica, bem como com a autonomia e lograr habilidades de investigação – conforme a competência de n. 05 do PPC/DIR e o PPI/FACCAT.⁴

2.1 Estratégias didáticas utilizadas

¹Quais sejam: 01. *Relevância, Objetivos e Métodos Científicos*; 02. *Teorias Sociológicas e Filosóficas Introdutórias ao Estudo do Direito*; 03. *Epistemologia e Política como objeto científico.*; 04. *Inter-relações entre Política, Ética e Direito*; 05. *Processo Legislativo*; 06. *Teorias Relacionais de Estado e Direito*; 07. *Conceitos e elementos constitutivos do Estado*; 08. *Formas de Estado*; 09. *O Estado na História: Origem e Evolução da Realidade “Estado”.*; 10. *Modelos Constitucionais de Estado*; 11. *Democracia e seus sentidos*; 12. *Fins, Competências, Funções e Poderes Estatais*; 13. *Separação (funcional) de poderes e Sistemas de Cisão*; 14. *Sistemas de Governo*; 15. *Doutrinas Políticas Contemporâneas e Partidos Políticos*; 16. *Introdução à Teoria da Constituição*.

²Estratégias entendidas como meios e condições favoráveis e disponíveis ao ambiente educacional com vista à consecução de objetivos específicos ligados preponderantemente ao PCC/DIR e a consecução de princípios de ensino.

³Práticas entendidas como ações e atividades dialógicas propostas em ambiente educacional com vista à consecução de objetivos específicos ligados preponderantemente ao PPI e a consecução de princípios de pesquisa.

⁴Segundo o PPC/DIR: “ao longo do Curso de Direito da FACCAT, o aluno deverá ter desenvolvido as seguintes habilidades e competências: [...]Ser capaz de buscar autonomamente as informações e conhecimentos necessários para a sua atividade, preocupando-se com sua constante e permanente atualização, bem como de investigar cientificamente e produzir novos conhecimentos em matéria jurídica”. O PPI/FACCAT (2015, p. 13), por sua vez, propõe: “as Faculdades Integradas de Taquara oportunizam o desenvolvimento de um profissional que: [...] comprometa-se com o conhecimento, com a prática de pesquisa e com a formação continuada”.



2.1.1 “Ciência Política e Teoria do Estado: um Guia para Estudos Dirigidos”

Percebendo-se diversas dificuldades de interpretação textual e semântica de muitos estudantes, alia-se à bibliografia básica e complementar do componente, a disponibilização e utilização de material didático elaborado com foco na simplificação e aplicação de seus conteúdos básicos. O material almeja tornar tais conteúdos mais atraentes e também mais fáceis de serem compreendidos pelos alunos com dificuldades de entendimento. Com uma revisão semestral e edições anuais, ele vem sendo disponibilizado aos estudantes através do aplicativo Google Sala de Aula e, afirmando-se um compromisso de disseminação científica, também encontrando-se acessível a qualquer interessado em ambiente virtual.⁵

2.1.2 Constituição da Turma e Representação Discente

Considerando fundamental o estabelecimento de um ambiente democrático em sala de aula, propõe-se no primeiro encontro com os estudantes o acordo coletivo de atenção a uma Constituição elaborada sob os fundamentos de respeito integral, participação política cidadã, dignidade da pessoa humana, valores do ensino e da aprendizagem, diversidade de ideias e construção do raciocínio jurídico. Tal Constituição, em simetria com as Constituições Federal e Estadual, logra de uma função dúplice: se presta, de um lado, a explicitar aos estudantes a estruturação constitucional da organização política do Estado e, de outro, a sensibilizá-los quanto a relevância de um pacto social que preveja direitos e deveres inerentes a relações de poder democráticas – nas quais quem exerce o poder e quem a ele está submetido encontram-se limitados ética e juridicamente.

⁵Disponível em:

[http://www.academia.edu/31816736/CI%C3%80NCIA_POL%C3%80DTICA_E_TEORIA_DO_ESTADO_UM_GUIA_PARA_ESTUDOS_DIRIGIDOS].



Aliada à Constituição da Turma, sobremaneira pela inteligência do parágrafo único de seu artigo 1^o⁶, estimulam-se e habilitam-se os estudantes a tomarem o papel de liderança, possibilitando-lhes, através do meio educacional, a iniciação ao protagonismo político. Observa-se pela iniciativa de candidatura e eleição de um líder estudantil semestral o potencial que existe dentro da sala de aula de conscientização e representação políticas.

2.1.3 “Música, Política e Direito”

Em que pese as aulas de Ciência Política e Teoria do Estado sigam predominantemente o modelo de exposição dialógica, busca-se que o diálogo proposto sempre esteja apoiado em instrumentos interdisciplinares didaticamente atrativos. Nesse sentido, a utilização e disponibilização de músicas⁷ e vídeos musicais⁸ auxiliam na edificação de uma comunicação ativa e qualificada. Confrontam-se, assim, ideias eventualmente preconcebidas com produções artísticas selecionadas, com vista a proceder um cotejo entre pensamentos plurais em um processo cujo objetivo é aprofundar debates incidentes às temáticas abordadas pela disciplina. Citam-se alguns exemplos:

⁶Aduz o aludido dispositivo: “Para o regular o exercício de seus poderes, os Alunos elegerão Representante de Turma, com responsabilidade de levar demandas ao e receber demandas do Professor, caso se faça necessário, fazendo jus a um ponto (1,0) a título de bonificação”.

⁷*Playlist* disponível em:

[<https://open.spotify.com/user/veyzonmuniz/playlist/6k2CvehU7T4ZnJWYYvKSTE?si=uBWuUJaNTFGsH9iMEMF2Mw>].

⁸*Playlist* disponível em:

[<https://www.youtube.com/playlist?list=PLTSeLwvH8LRzioiskQnQeF3jZILm3KZfj>].



Música	Artista	Temática refletida
"A Minha Alma"	O Rappa	Proporcionalidade em intervenções estatais
"American Life"	Madonna	Interesse político <i>versus</i> interesse popular
"Comida"	Titãs	Deteção de demandas e necessidades sociais
"Do The Evolution?"	Pearl Jam	Poder e Estado no tempo
"Fight The Power"	Public Enemy	Soberania popular e sua afirmação
"Maria da Penha"	Tião Simpatia	Enfrentamento estatal à violência contra a mulher
"Sunday Bloody Sunday"	U2	Crítica sobre movimentos separatistas
"Political World"	Bob Dylan	Processos e procedimentos democráticos
"O Calibre"	Os Paralamas do Sucesso	Contexto político contemporâneo
"O Carimbador Maluco"	Raul Seixas	Burocracia administrativa estatal

Tabela 1: Músicas utilizadas para reflexão e discussão

Fonte: Elaborada pelo autor

2.1.4 Estudos de Caso Contemporâneos Internos e Externos

Segundo Wasswemann (1994), estudos de caso possibilitam ao estudante a desconstrução de situações complexas da vida real para, posteriormente, tornar a montá-las à luz da teoria estudada em sala de aula. Centra-se a discussão nas situações reais e, a partir delas, se apresentam dados e repercussões jurídicas e políticas relevantes aos conteúdos trabalhados. Oportunizam-se aos alunos estudos de casos concretos sobre os seguintes temas:

a) política externa e *Estados imperfeitos*, isto é, aqueles em que não se observa algum de seus elementos constitutivos (território, governo ou soberania), destacando-se os tesionamentos verificados na região do Oriente Médio, com ênfase na realidade do Estado Islâmico e da Síria; e

b) política doméstica e *impeachment* (processo constitucional de impedimento presidencial cabível na hipótese de cometimento de crimes de natureza político-administrativa), apresentando-se os episódios em que o Brasil experienciou tal situação nos anos 1992 e 2016.



2.2. Práticas exitosas desenvolvidas

2.2.1 “Direito, Política e Cinema (com spoilers)”

Trata-se, essencialmente, de prática de iniciação à produção e publicação científicas. Em ação desenvolvida ao longo do semestre, propõe-se aos estudantes que reflitam sobre o conteúdo político e jurídico de produções cinematográficas e, posteriormente, elaborarem resenhas críticas sobre elas. Advoga-se, assim, pela ideia de que “as emoções suscitadas pela interação das imagens, músicas, palavras e efeitos de som que se encontram carregadas de sentido e de significado” nos filmes, como bem identificou Ferrés (1996, p. 65), possibilitam ao aluno relacionar o material audiovisual com o conteúdo da disciplina e pensar criticamente os campos do Direito e da Política.

Operacionalmente, a prática decorre de uma proposta de trabalho e direcionamentos gerais, seguida de orientações e realização da produção textual pelos alunos, durante aproximadamente 8 (oito) semanas, até a sua entrega virtual. Tomando a concepção de uma aprendizagem baseada em um projeto de publicação, dá-se *feedback* individual ao estudante, com apontamentos críticos, objetivando estimular e fomentar o aprofundamento dos estudos com base nas reflexões expostas.

As análises mais sofisticadas e aprofundadas, com um raciocínio jurídico claro e uma nítida crítica política, são selecionadas e compiladas para que se inicie o processo de editoração de um livro anual que possibilite o conhecimento público da produção acadêmica. Assim, em 2016, 24 (vinte e quatro) estudantes-autores participaram na obra coletiva “Direito, Política e Cinema (com *spoilers*)” e, em 2017, 29 (vinte e nove) participaram em seu segundo volume – ambos publicados pela Editora Fi, editora brasileira pioneira na divulgação de acesso aberto voltada à difusão de conhecimento científico, conforme a Figura 1.⁹

⁹Obras disponíveis no site da editora através dos seguintes links: [www.editorafi.org/109veyzon] e [<https://www.editorafi.org/239veyzon>].



Figura 1: Capas das obras publicadas
Fonte: Editora Fi

Avalia-se que proporcionar aos estudantes uma atividade específica de reflexão sobre conjunturas políticas e correlatas instabilidades jurídicas, presentes na contemporaneidade, a partir da utilização do Cinema, é uma poderosa ferramenta pedagógica interdisciplinar para se formar operadores do Direito preocupados com a construção efetiva da Democracia. A produção textual e o raciocínio crítico sobre questões como a democratização do poder, os mecanismos de erradicação da opressão, biopoder e a prática política atual, por conseguinte, são indiciários de que tal proposta de trabalho têm sido exitosa.

2.2.2 Participação Política Cidadã

Trata-se de prática de fomento e promoção de consciência política ativa no ambiente universitário. Desenvolvida ao longo do semestre, entende-se a ação como um estudo de meio pelo qual, de modo direto, os estudantes no contexto social em que se encontram inseridos buscam fora do ambiente universitário a resolução de problemática de elaboração própria.



Através do desenvolvimento de textos analíticos, questões fundamentadas e outras produções acessórias, bem como pela realização de entrevista com agentes políticos, busca-se a apreensão dos mecanismos de colaboração do cidadão na política, dos processos legislativo e administrativo, dos sistemas e regimes políticos e da eficácia de direitos humanos e fundamentais no âmbito das Câmaras Municipais. Criam-se, assim, condições para o contato dos estudantes-investigadores com a realidade política, proporcionando-lhes a aquisição de conhecimentos de forma direta, a partir dessas experiências.

Destaca-se, ainda, que se trata de atividade realizada em grupo, o que, por si só, considera-se uma oportunidade salutar de interação e, conforme leciona Gessinger (2008, p. 109-10), possibilita “romper com o ensino baseado na exposição de conteúdos por parte do professor” e abre “espaço para que o aluno assuma o papel de protagonista do seu processo de aprendizagem, desenvolvendo assim a sua autonomia”.

Com efeito, organizacionalmente, apresenta-se a proposta de trabalho e dividem-se os grupos, seguem-se, ao longo de aproximadamente 16 (dezesseis) semanas, orientações aos estudantes e o desenvolvimento por eles das atividades de execução dos trabalhos, com destaque à realização das entrevistas aos vereadores. Os resultados e dados obtidos no campo realizado, entendido como a preparação e execução do diálogo com o camarista, são compilados e analisados pelos alunos com vista no cotejo da prática política com os conteúdos trabalhados no componente curricular. Posteriormente, expõem-se dois produtos finais: uma parte escrita (produção textual científica com referenciais teóricos jurídicos em forma de monografia) e um apresentação de resultados (oral e pública, a qual se exige criatividade e dinamismo).

Entre 2016 e 2018, a prática conseguiu atingir os seguintes índices:

Alunos envolvidos.....	165
Vereadores entrevistados.....	29
Trabalhos produzidos.....	39

Tabela 2: Trabalho de campo em números

Fonte: elaborada pelo autor



Portanto, considera-se tal proposta de trabalho exitosa, uma vez que, para além de uma experiência quantitativamente interessante (eis que contactou número expressivo de vereadores da região do Vale do Paranhana, microrregião do Estado do Rio Grande do Sul), mostra-se uma atividade específica de contato com a realidade política e institucional do meio em que vivem os estudantes. Defende-se que o operador do Direito em formação precisa compreender o “universo” que o cerca e a aludida ação o permite, justamente, exercitar direta e efetivamente a participação que a todo o cidadão é garantida constitucionalmente, como se observa na Figura 2.



Figura 2: Fotografia de alunos e docente em apresentação de resultados do trabalho realizado (D) e reprodução de matéria jornalística sobre a entrevista realizada por estudantes (E)

Fonte: Elaboração pelo autor/Jornal Panorama

3 Considerações finais

Brecht (1988, p. 42), em precisa poesia, magistralmente referiu que “o pior analfabeto é o analfabeto político”, aquele que “não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos” e que “se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a Política” e que acaba por gerar “o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista”. A proposta semestral analisada como estudo de caso (cf. YIN, 2005) busca o “ensinar” aliado com o “aprender”, congregando a pesquisa com o ensino,



nitidamente pretende, com suas estratégias e suas práticas, diminuir no seio acadêmico a existência de *analfabetos políticos* e, conseqüentemente, na sociedade, erradicar *políticos vigaristas*.

Entende-se, assim, tal empreendimento educacional como algo inovador. Na construção de um processo democrático, dentro e fora de sala de aula, espera-se, fundamentalmente, que o cidadão (ora estudante, futuramente egresso) tome para si a oportunidade e o protagonismo de discutir, planejar, colaborar e transformar realidades políticas e jurídicas.

Como advogam WESTFAHL e WILKINS (2017, p. 1707), embora o ambiente tradicional das Escolas de Direito atualmente ofereçam oportunidades como essa, ainda é importante destacar e defender que o design institucional agregue tais iniciativas com a mesma consistência e qualidade exigida para o ensino da doutrina dogmática. Destarte, fundamentalmente, assevera-se que o ambiente educacional focado na defesa e na promoção de um Estado Democrático de Direito é tanto quanto compromisso social quanto um inequívoco contributo à uma real e tecnicamente qualificada participação política.

Referências

- ANASTASIOU, Léa da Graças Camargos. Ensinar, aprender e processos de ensinagem. In: **Anais do Seminário de Desenvolvimento Profissional Docente**. Estratégias metodológicas (oficina). Bagé: UNIPAMPA, 2011.
- BURKE, Christy. *Winning the battle to tech legal technology and innovation*. In: **Legal it today**, n. 17, 2017.
- BRECHET, Bertold. Newsletter do Projeto Abraço. São Paulo: Record, 1988.
- FERRÉS, J. **Vídeo e educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- GESSINGER, Rosana Maria. Atividades em grupo. In: **A gestão da aula universitária na PUCRS**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.
- WASSWEMANN, S. **El estudio de casos como método de enseñanza**. Buenos Aires: Amorrortu, 1994.



WESTFAHL, Scott A.; WILKINS, David B. *The Leadership Imperative: a collaborative approach to professional development in the global age of more for less*. In: **Stanford Law Review**, n. 69, 2017.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi. 3. ed. Porto Alegre: Brookman, 2005.